



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

Processo n° 052/2022 - Dispensa n° 010/2022

### TERMO DE CONTRATO N° 042/2022

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DE IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO E REGULAÇÃO DO TRANSPORTE DE PACIENTES ATENDIDOS FORA DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO TRANSPORTE FORNECIDO PELA SECRETARIA DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

*Termo de Contrato Administrativo que entre si fazem de um lado o Município de Itanhandu - MG, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório n.º 052/2022 – Modalidade Dispensa de Licitação n.º 010/2022 e de outro Equilíbrio Administrativo e Cia LTDA – ME.*

Por este instrumento particular de Contrato, de um lado, o **Município de Itanhandu** Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o n° 18.186.718/0001-80, com Sede Administrativa nesta cidade na Praça Prefeito Amador Guedes, n° 165, CEP – 37.464-000, representado por seu Prefeito Municipal Sr. Paulo Henrique Pinto Monteiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG n° MG-18.332.697 SSP/MG, inscrito no CPF sob o n° 123.317.866-07, residente e domiciliado à Avenida Tereza Guedes, n° 1193, Bairro Mansões, Itanhandu/MG, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **Equilíbrio Administrativo e Cia LTDA - ME**, localizado na Rua Misseno de Pádua, n° 495, Lavras/MG, CEP 37.464-000, inscrito no CNPJ sob o n.º 11.360.324/0001-57, representado pelo Sr. Leandro Ribeiro Serra, residente e domiciliado na Rua Delfino de Souza, n° 570, Centro, Lavras/MG, CEP 37.200-000, doravante denominado **CONTRATADO** com fulcro e nos termos do **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 052/2022 - MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 010/2022** e nos termos do inciso II do art. 24 da Lei Federal N° 8.666/93, com suas posteriores alterações, fica justo e contratado o que neste instrumento se dispõe, que será pelas partes cumprido, em conformidade com as cláusulas e condições abaixo especificadas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA: - DO OBJETO E ESTIMATIVA DO VALOR**

1.1 - O presente contrato tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO E REGULAÇÃO DO TRANSPORTE DE PACIENTES ATENDIDOS FORA DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO TRANSPORTE FORNECIDO PELA SECRETARIA DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU.**

1.2 - O valor estimado a ser pago pelos serviços, analisando as propostas apresentadas é de R\$ 17.800,00, tendo a empresa Equilíbrio Administrativo apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração, conforme demonstrado abaixo:

ITEM	QTDE	QTDE MENSAL	\$ UNIT MENSAL	\$ TOTAL MENSAL	\$ TOTAL	DESCRIÇÃO
01	12 meses	14	R\$103,00	R\$1.442,00	R\$ 17.304,00	APOIO ADMINISTRATIVO DE CONTROLE, REGULAÇÃO E AVALIAÇÃO DO TRANSPORTE



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

DE PACIENTES DO TFD

### CLÁUSULA SEGUNDA: - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E PRAZO

2.1 - O objeto desta licitação deverá ser executado conforme especificações do Termo de Referência e Contrato, com início após a emissão da Ordem de Serviço, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação de serviço.

2.2 - O prazo de execução deste contrato administrativo será até 31 de maio de 2023, **a contar de 1º de Junho de 2022**, após esta data, fica o município obrigado ao pagamento dos serviços executados.

### CLÁUSULA TERCEIRA: - DA FORMA DE PAGAMENTO E FATURAMENTO

3.1 - O pagamento será efetuado em 12 parcelas iguais num prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação da fatura/nota fiscal e conferência do Setor de Compras, exclusivamente por depósito bancário, sobre o quantitativo e prazo já estipulado acima e com o seguinte preço unitário, todos constantes no Edital originário deste contrato.

**Parágrafo Único** - Os pagamentos serão realizados exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores devidamente identificados, conforme Decreto nº 7.507 de 27 de Junho de 2011.

**CLÁUSULA SEXTA:-** Dados para faturamento:

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

CNPJ: 13.260.601/0001-85

Endereço: Rua Engenheiro Paulo Franco da Rosa, nº 304

CEP: 37464-000

Centro de Itanhandu

### CLÁUSULA QUARTA: - DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - A empresa deverá fornecer o serviço de identificação, avaliação e regulação do transporte de pacientes atendidos fora do município por meio do transporte fornecido pela Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Itanhandu, conforme especificações mínimas.

4.2 - A contratada deverá apresentar relatórios mensais demonstrando a situação do transporte realizado pela Secretaria de Saúde. Para isso a contratada deverá tratar os seguintes dados:

- a) Quantidade de pacientes atendidos;
- b) Lista com nome de pacientes atendidos;
- c) Quantidade de vezes que cada paciente foi atendido;
- d) Quantidade de viagens realizadas;
- e) Quantidade de viagens realizadas por motorista;
- f) Quantidade de viagens realizadas por veículo;



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

- g) Quantidade total de quilômetros previstos;
- h) Quantidade total de quilômetros efetivamente rodados;
- i) Quantidade total de quilômetros previstos por veículo;
- j) Quantidade total de quilômetros efetivamente rodados por veículo;
- k) Quantidade total de quilômetros previstos por motorista;
- l) Quantidade total de quilômetros efetivamente rodados por motorista;
- m) Valor total de diárias pagas;
- n) Valor total de diárias pagas por motorista;
- o) Valor total de reembolso;
- p) Valor total de reembolso por motorista;
- q) Os dados deverão ser entregues referentes ao período de 30 dias.

4.3 - A contratada deverá efetuar uma visita presencial mensal na sede da Prefeitura para demonstração dos relatórios impressos e efetuar visitas extras para realização de treinamento quando for solicitado. Após a solicitação da visita, a mesma deverá ser atendida no prazo máximo de até dois dias.

4.4 - Para alcançar os dados descritos, a Contratada deverá fornecer para a contratante um sistema de cadastro diários das informações das viagens, além de um sistema via smartphone para orientação de rota/caminho a ser seguido pelos motoristas.

4.5 - O sistema deverá conter no mínimo os seguintes pontos a serem cadastrados:

- a) Nome do motorista;
- b) Nome dos pacientes com nome completo, CPF, endereço de coleta do paciente e endereço residencial;
- c) Data do cadastro;
- d) Data do início da viagem;
- e) Hora do início da viagem;
- f) Data da volta da viagem;
- g) Hora prevista da viagem;
- h) Dados do veículo a ser utilizado (placa, carro, modelo, capacidade)
- i) Setor que solicitou a viagem;
- j) Quem efetuou o cadastro da viagem;
- k) Dados do destino com nome do local, endereço completo contendo nome da Rua/Avenida/Praça, nº, Bairro, Cidade e Estado;
- l) dados da origem.

4.6 - O sistema deverá possuir uma relação de agendamento de viagens a serem realizadas, informando o paciente, o tipo de tratamento, data/hora e local da consulta.

4.7 - O sistema deverá possuir um campo para identificação de pacientes que não foram atendidos pelo Município por meio do transporte da Secretaria de Saúde, a fim de obter uma espécie de "fila de espera", para a utilização dos veículos. Através dessa fila de espera o Município poderá identificar a



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

demanda reprimida e, a partir deste ponto, mensurar sobre novas aquisições de veículos, contratações de motoristas e demais serviços correlacionados.

4.8 - A empresa contratada deverá fornecer para a garagem da Prefeitura ou outro ponto que for solicitado, um sistema/aplicativo para controle de entrada e saída de veículos que contenha a placa, nome do motorista, data e hora da entrada/saída, qual a viagem a ser realizada pelo veículo, bem como a quilometragem na entrada e saída da garagem.

4.9 - A Prefeitura utiliza smartphones com plataforma Android. Caso a CONTRATADA utilize para os aplicativos outra plataforma, deverá fornecer para a Prefeitura em regime de COMODATO, os aparelhos smartphones que possuam a tecnologia necessária.

4.10 - A Prefeitura utiliza atualmente em seus computadores, o Sistema operacional Windows. Caso a empresa utilize outro sistema operacional, deverá ser fornecido para a Prefeitura computador com sistema operacional compatível em regime de COMODATO.

4.11 - Os equipamentos fornecidos para a Prefeitura em regime de COMODATO deverão ser devolvidos à CONTRATADA ao término do contrato. Caso sejam extraviados, deverão ser repostos pelo preço de mercado.

4.12 - Após confirmação de viagem, o responsável pelo sistema de agendamento da Prefeitura deverá inserir os dados no sistema para que seja gerada uma rota automaticamente, com até 30 pontos de coleta/entrega de pacientes, e enviar de forma automática uma mensagem de texto via SMS para o motorista, pacientes e acompanhantes.

4.12.1 - Na mensagem deverá ser informado, no mínimo, os seguintes pontos: a cidade de destino, hora de saída e placa do veículo;

4.12.2 - A mensagem via SMS deverá ser enviada utilizando o padrão shortcode, com 5 dígitos.

4.13 - Quando o sistema calcular a rota, deverá gerar a quilometragem total que o veículo deverá percorrer, bem como deverá estimar o tempo total da viagem.

4.14 - Ao calcular a rota, o sistema deverá gerar um mapa.

4.14.1 - O mapa deverá ser enviado automaticamente para o smartphone do motorista, gerando assim um cronograma de viagem.

4.14.2 - O mapa a ser recebido pelo motorista deverá conter informações sobre os pontos de destino, o trajeto, inclusive com os nomes das ruas e informação de onde efetuar as conversões, retornos, etc. Para isso, o celular do motorista deverá operar com o GPS ativado, com comando de voz alertando sobre o trajeto a ser realizado.

4.15 - O motorista deverá possuir internet no smartphone para recebimento das informações da rota.

4.15.1 - É de responsabilidade da CONTRATANTE o fornecimento de internet para os aparelhos

4.16 - Cada motorista deverá acessar o sistema utilizando login e senha próprios, para identificação do motorista, assim como para a segurança das informações.

4.17 - O smartphone do motorista deverá receber as informações de ponto final, pontos intermediários (pontos de embarque), pontos de destino, (hospitais, clínicas, centros de referências, etc), dados dos passageiros a serem transportados (nome e telefone), tempo previsto e quilometragem prevista para a viagem.

4.18 - Para realizar o acesso ao sistema pelo smartphone, deverá ser disponibilizado um login e senha para cada motorista, que serão a assinatura e identificação de que o motorista recebeu o cronograma da viagem, assim como a rota a ser percorrida.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

4.19 - O sistema deverá gerar, ao término de cada percurso, o relatório da viagem contendo o mapa da viagem a ser percorrida, nome dos passageiros atendidos incluindo o CPF, a quilometragem total realizada do percurso, tempo total estimado da viagem e o valor total da diária, além de gerar um campo de coleta de assinaturas para o responsável pela marcação da consulta e do motorista que realizou a viagem.

4.20 - Para compor o relatório da viagem, como forma de obtenção dos dados de maneira mais confiável, a empresa deverá instalar nos veículos, por sua conta, aparelhos rastreadores veiculares, que deverão permitir o gerenciamento da segurança controle logístico, relacionados à utilização dos veículos e a segurança de seus ocupantes, bem como permitir a localização e acompanhamento dos veículos via internet em Website, por meio de senha e login específicos e conter no mínimo as seguintes especificações:

4.20.1 - O sistema deverá apresentar as funções de controle de quilometragem, velocidade média, velocidade máxima, paradas, posição atual, posições anteriores e distâncias percorridas;

4.20.2 - Deverá possuir funcionalidade para exportação de relatórios no mínimo em extensão XLS e PDF;

4.20.3 - O funcionamento do conjunto de rastreamento e monitoramento deve ser baseado no Sistema de Posicionamento Global (GPS);

4.20.4 - O sistema de monitoramento deverá funcionar 24 horas por dia;

4.20.5 - As informações sobre as posições dos veículos deverão ser enviadas ao servidor da Contratada (Central de Monitoramento) pelo menos a cada 30 segundos;

4.20.6 - Apresentação da localização do veículo ou de toda a frota em mapas digitais de todo o Brasil com informações de velocidade, localização e estado da ignição;

4.20.7 - Possibilidade de delimitar as rotas a serem seguidas, definidas previamente e inserindo pontos de referência pelo próprio usuário, auxiliando na localização do veículo e área que geram notificação de entrada ou saída do veículo, (EX; Garagem);

4.20.8 - Definição de pontos de interesse no mapa, visando maior controle da frota. Possibilidade de ser alertado toda vez que o veículo passar em um desses pontos;

4.20.9 - Cercas eletrônicas, definição do perímetro e a área permitida para o deslocamento de determinado veículo ou grupo, com possibilidade de alertas em caso de entrada e/ou saída da cerca cadastrada, assim como delimitar a velocidade máxima dentro da área citada;

4.20.10 - Sistema com logins hierarquizáveis possibilitando definir qual usuário terá permissão para alterar e/ou definir parâmetros, quem deverá ter funções limitadas ou até mesmo somente a observação do sistema, sem nenhuma alçada de ações;

4.20.11 - Emissão de relatórios com histórico das posições dos veículos, por datas, intervalos específicos, desvios de padrões definidos, período de funcionamento e período de parada do veículo, quilômetros percorridos. As informações poderão ser extraídas por veículo e por evento;

4.20.12 - Possibilidade de definição de velocidade máxima ideal de cada veículo, a emissão de alertas em qualquer excesso ocorrido;

4.20.13 - Dispor de comandos de identificação através de controles de zoom até a rua onde se encontra o veículo;

4.20.14 - Possibilidade de corte de combustível através de controles externos;

4.20.15 - Relatórios do caminho percorrido pelo veículo com as últimas posições ou detalhamento de cada localização. Acesso também ao histórico de até 5 (cinco) anos de percurso realizado.





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

4.21 - A empresa vencedora deverá arcar com todas as despesas para fornecimento do equipamento, do software utilizado, do chip de envio das informações, instalação, configuração e demais despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento integral do objeto do presente termo.

4.22 - Deverão ser fornecidos 14 (quatorze) equipamentos a serem instalados nos veículos, com capacidade de corte de combustível e com as seguintes características mínimas:

- a) Possibilidade de carregamento de equipamento com tensões de 12 e 24 volts, para serem utilizados em veículos de pequeno e grande porte (carros, ônibus, micro obus, vans e kombis);
- b) Possuir bateria portátil para a duração mínima de seis horas, caso seja desligado do veículo;
- c) Capacidade de resistência mecânica (IP67), já que irá funcionar em área urbana e rural;
- d) Acelerômetro de 3 eixos;
- e) Antena de GPS interna ou externa;
- f) Antena de GPRS interna;
- g) Capacidade de memória de no mínimo 1.000 posições;
- h) Protocolo de Comunicação: UDP ou TCP;
- i) Modo de configuração: Através do PC, GPRS ou SMS;
- j) Produto aprovado pela Anatel
- k) Possibilidade de atualizar o firmware remotamente;
- l) Taxa de Atualização do GPS: 10 Hz
- m) Precisão: Posição 1,5m CEP;
- n) Sensibilidade Tracking: 162dBm;
- o) Envio de posição por ângulo
- p) As características mínimas do software que devem receber informações dos equipamentos;
- q) Capacidade de coletar e armazenar automaticamente a data, hora que o veículo aproximou dos pontos de embarque/desembarque.
- r) Capacidade de enviar estas informações para um banco de dados nas nuvens;
- s) os dados obtidos pelo equipamento deverão ser enviados a cada 20 (vinte) segundos, desde que a área onde o veículo esteja atenda aos requisitos mínimos de conexão;
- t) É de responsabilidade da empresa o fornecimento desses equipamentos e softwares, assim como a instalação e a manutenção dos mesmos nos veículos;
- u) A Prefeitura não irá arcar com valores de implantação ou substituição dos mesmos em caso de defeitos, arcando com valores somente se for constatado mau uso, roubo ou furto do equipamento.

4.23 - As instalações dos equipamentos devem ser personalizadas e sigilosas para evitar a localização dos dispositivos, exceto nos casos dos equipamentos portáteis.

4.24 - Os equipamentos devem ser fornecidos em regime de comodato. Em caso de substituição do equipamento por falhas, a Prefeitura não é obrigada a efetuar qualquer tipo de pagamento.

4.25 - A prefeitura será responsável pelo pagamento dos equipamentos em caso de mau uso do mesmo, casos onde os colaboradores da mesma hajam de má fé com o equipamento, ou outro que possa vir. Em



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

caso de pagamento do mesmo, a Prefeitura poderá efetuar a aquisição de equipamento similar no mercado e disponibilizar para a empresa.

4.26 - A empresa deverá treinar no mínimo, 2 (dois) funcionários da Prefeitura Municipal de Itanhandu ou outra pessoa citada por ela para utilizarem o sistema.

4.27 - Para envio dos dados dos rastreadores, a licitante vencedora do certame deverá oferecer tecnologia GSM, GPRS, EDGE e/ou WCDMA, através de pacotes de dados ou de serviços M2M.

4.28 - O sistema deverá ser capaz de comparar através de mapas a viagem prevista e informada ao motorista com viagem efetivamente realizada.

4.29 - Ao término do percurso, o sistema deverá comparar a quilometragem prevista com a quilometragem percorrida.

4.30 - O sistema deverá efetuar o cálculo da quilometragem previsto de forma automática quando a rota é traçada.

4.31 - O relatório da viagem será utilizado para a parte financeira da Prefeitura, para compor o processo de pagamento de diárias.

4.32 - Para o relatório por diária os seguintes dados deverão ser armazenados: valor da diária, hospedagem, pedágio, combustível e demais dados, conforme demanda da Prefeitura.

4.33 - O relatório deve ser gerado no ato do controle de diárias a ser realizado a ser realizado pelo responsável da marcação da viagem da Secretaria de Saúde.

4.34 - Todo os sistema da empresa deverá ser alocado em banco de dados, com hospedagem do banco de dados em nuvens (Cloud Computing), já que vários usuários de setores e locais distintos da Prefeitura precisam fazer acesso.

4.35 - O sistema deverá ser:

- a) Dinâmico, e se sujeitar às mutações constantes, por sua contínua interação com o ambiente da contratada;
- b) Possibilitar o controle de acesso de cada usuário através de senhas que deverão ser armazenadas no banco de dados;
- c) Exportar informações para ferramentas de produtividade como processadores de texto e planilhas eletrônicas.

4.36 - Todos os funcionários que tiverem acesso ao sistema, deverão realizá-lo através de login e senha, contidos no banco de dados.

4.37 - Quanto à segurança e sigilo necessário e inerente aos serviço, o sistema deverá controlar, através de senhas individuais, os níveis de operação dos usuários, gestores e consultores, com registro de suas informações cadastrais e atividades executadas em cada acesso.

4.38 - Todos os dados deverão ser mantidos em banco de dados durante o período de 02 (dois) anos, para que o Município possa ter acesso à informações, quando necessário.

4.39 - Mesmo que o contrato com a empresa a ser contratada tenha sido encerrado, a empresa deverá manter os dados para futuras buscas.

4.40 - Caso o Município efetue a troca de prestador de serviços, a empresa que detém os dados deverá ser obrigada a efetuar a exportação destes dados sem nenhum custo, em formato excel, PDF, CSV ou TXT, conforme necessidade do solicitante.

4.41 - As informações da Prefeitura deverão ser repassadas somente ao responsável pelo contrato, ou por pessoa indicada por ele.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### CLÁUSULA QUINTA: - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As dotação orçamentária específica para acobertar a despesa de responsabilidade da Prefeitura no exercício de 2022, conforme verba a seguir especificada:

**369 – 02.07.01.10.302.0023.2060 - Manutenção das Atividades do TFD**

**.3.3.90.39.00 - Outros serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica**

Fonte 102 – Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde

### CLÁUSULA SEXTA: - DA GARANTIA

6.1 - A CONTRATADA se obriga a prestar serviço o objeto deste contrato com qualidade e se responsabiliza em reparar, sem custo adicional, quando não alcançarem os objetivos propostos e desejados.

### CLÁUSULA SÉTIMA: - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

7.1 - Sem prejuízo das disposições previstas em lei obrigar-se-á a CONTRATADA:

7.1.1 - Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório,

7.1.2 - Os serviços que compõem o objeto deste projeto deverão ser executados com qualidade, pontualidade e eficiência necessárias ao atendimento do interesse público.

7.1.3 - Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que forem verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

7.1.4 - Observar os prazos estipulados.

7.1.5 - Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE, referentes à forma de fornecimento e ao cumprimento das demais obrigações assumidas neste Contrato;

7.1.6 - Aceitar, sem restrições, a fiscalização da CONTRATANTE, no que diz respeito ao fiel cumprimento das condições e cláusulas pactuadas no presente instrumento.

7.1.7 - Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer prejuízos materiais ou pessoais, causados a CONTRATANTE ou a terceiros, por ele ou por seus prepostos ou empregados.

7.1.8 - Assumir as despesas de qualquer natureza com o pessoal necessário a prestação de serviço;

7.1.9 - Garantir a boa qualidade do serviço prestado;

7.1.10 - É de responsabilidade da empresa prestadora dos serviços todo e qualquer prejuízo porventura causado ao patrimônio da PREFEITURA MUNICIPAL, devendo ser descontado da fatura, imediatamente após a ocorrência, o valor correspondente ao prejuízo.

7.1.11 - Absorver qualquer tributo, seja, federal, estadual ou municipal, incidente direta ou indiretamente sobre os produtos que constituem objeto deste contrato, correndo à sua conta exclusivamente, os processos que houverem sido ou vierem a ser instaurados, abstendo-se ela, outrossim, ainda que demandada administrativa ou judicialmente, de cobrar a CONTRATANTE, qualquer tributo, ainda que suscetível de translação;





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

7.1.12 - Recolher no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento do aviso, as multas que lhe forem impostas e que não puderem ser compensadas, total ou parcialmente, conforme disposto neste instrumento;

7.1.13 - Assumir o ônus de ser denunciada à lide, pela CONTRATANTE em caso de serem acionados judicialmente;

7.1.14 - Cumprir, as responsabilidades, as obrigações e as condições da prestação de serviço constantes do Termo de Referência;

7.1.15- Reconhecer o colaborador que for indicado pela Prefeitura Municipal para realizar solicitação relativa à execução do COMPROMISSO, tais como habilitação, cancelamento, alteração de planos, bloqueios, caso necessário, entre outros já descritos no termo de referência.

7.1.16 - A empresa deverá manter por todo o período de contrato número de telefone e email para receber as ligações e mensagens de funcionários da prefeitura para as demandas realizadas.

7.1.17- Possuir banco de dados para facilitar o controle de ligações;

7.1.18- Os sistemas utilizados deverão ser desenvolvidos para garantir qualidade das informações, além da facilidade de integração com outros sistemas já existentes junto à prefeitura.

7.1.19- A base de dados deverá ser disposta de forma a arquivar os dados, as solicitações e os protocolos, através de senhas para garantir a inviolabilidade das informações, tendo acesso a estas informações apenas funcionários da empresa vencedora do certame e responsável pelo contrato junto à Prefeitura;

7.1.20 - Comunicar ao gerenciador do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7.1.21- Fornecer relatório mensal em formato impresso e em formato digital conforme necessidade da Prefeitura

7.1.22 - Realizar uma visita presencial mensal para apresentação dos resultados e informações sobre dúvidas que poderão acontecer.

7.2 - Sem prejuízo das disposições previstas em lei obrigar-se-á a CONTRATANTE :

7.2.1- Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com o prazo e forma prevista neste instrumento;

7.2.2- Promover, através de representante, o acompanhamento da execução do contrato, objeto da presente Dispensa de Licitação, sob os aspectos, quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

7.2.3 - Emitir nota de empenho a crédito do Fornecedor contratado no valor correspondente a Prestação de serviço.

### CLÁUSULA OITAVA: - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

8.1 - O empregado e preposto da Contratada envolvidos na execução dos serviços objeto deste Contrato, não terão qualquer vínculo empregatício com o Contratante, correndo por conta exclusiva da primeira, todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, às quais se obriga a saldar na época devida.

### CLÁUSULA NONA: - DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

9.1 - Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

9.1.2 - A fiscalização da contratante terá livre acesso aos locais de execução dos serviços contratados de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado.

9.1.3 - Realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetivando avaliação periódica das mesmas.

9.1.4 - Executar mensalmente a verificação dos serviços prestados, sem prejuízos das demais sanções disciplinadas em contrato.

9.2 - Nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a fiscalização dos serviços ficará a cargo do chefe do Departamento de Administração Geral, o servidor Daruin Martuscelli Ribeiro.

### CLÁUSULA DÉCIMA: - DAS MEDIÇÕES E DO PAGAMENTO

10.1- As medições para efeito de pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

10.2- As medições serão efetuadas, a partir do primeiro dia útil posterior ao período de execução dos serviços depois de entregues pela CONTRATADA, relatórios contendo os quantitativos mensais de cada um dos tipos de serviços realizados e respectivos itens e serviços realizados.

10.3- A Prefeitura Municipal de Itanhandu solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura/boleto.

10.4- Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados.

10.5- O pagamento será efetuado mensalmente até o quinto dia útil a contar da prestação do serviço no mês anterior e entrega da respectiva nota fiscal e boleto/fatura, acompanhada das certidões negativas atualizadas.

10.6- Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

10.7- O pagamento será efetuado em nome da empresa licitante CONTRATADA através de depósito bancário na conta corrente em nome do licitante ou através de boletos com código de barras.

10.8- Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA do cumprimento de suas responsabilidades contratuais nem implicará a aceitação dos serviços.

10.9- Independente da retenção do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, fica o responsável tributário obrigado a recolher o imposto integral, multas e demais acréscimos legais, na conformidade da legislação aplicável.

10.10- Em caso de dúvida ou divergência, a fiscalização liberará para pagamento a parte incontestada dos serviços.

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: - DA RESCISÃO, ALTERAÇÕES E SUPRESSÕES



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

11.1 - A rescisão deste instrumento poderá ser efetivada, caso ocorraos motivos mencionados no art.78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, com comunicação por escrito, entregue, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, reger-se-á no disposto do art. 79.

11.2 - Este contrato administrativo poderá sofrer alterações e/ou supressões, em forma de Termos Aditivos, em conformidade com os arts. 57 e 65 da referida Lei, bem como a recomposição de preço para a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: - DA RESCISÃO, ALTERAÇÕES E SUPRESSÕES

12.1 - A CONTRATADA declara reconhecer os direitos da Administração, em caso de Rescisão Administrativa, o disposto no art. 77, bem como, o descumprimento, devidamente comprovado, total e/ou parcial, de qualquer das obrigações estabelecidas neste instrumento, sujeitará às partes, as sanções previstas na Lei Nº 8.666/93 e suas alterações e outras normas que regem a Administração Pública.

#### 12.2 - PENALIDADES

12.2.1- A adjudicatária que, convocada no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar documentos solicitados ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado pelo prazo de até 02 (dois) anos, e, quando suspenso, descredenciado dos sistemas de cadastramento onde estiver inscrita, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

12.2.2- O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-se às seguintes penalidades:

12.2.2.1 – multa: 10% (dez por cento) do valor da licitação, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir do fornecimento ou recusar-se à retirada desta.

12.2.2.2– multa: 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de rescisão unilateral do mesmo.

12.2.2.3 – impedimento de contratar com o Município de Itanhandu, por até 02 anos.

12.2.2.4 – declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública.

12.2.2.5- As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

12.2.2.6 – Será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação do ato, o prazo para manifestação.

12.2.7- Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

12.2.8- Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito aqueles constantes no art. 393 do Código Civil Brasileiro.

– Nas hipóteses em que o “Caso Fortuito ou Força Maior” forem aceitos, poderão ser prorrogados os demais prazos, automaticamente, por tantos dias quantos durarem as causas impeditivas, não se lhes aplicando quaisquer multas.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

13.1 - A Contratante providenciará a publicação do resumo deste Contrato na imprensa oficial até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da assinatura, devendo a publicação efetivar-se no prazo de 20 (vinte) dias contados do encaminhamento para esse fim.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS E DO FORO

14.1 - Nos casos omissos e não previstos neste contrato administrativo, serão aplicadas as normas e regulamentações vigentes, que também prevalecerão quando houver conflitos em suas Cláusulas.

14.2 - As partes elegem do Foro da Comarca de Itanhandu - MG, para dirimir as questões decorrentes deste instrumento, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

*E assim, ajustados e contratados na melhor forma de direito, as partes por seus representantes legais, assinam o presente contrato administrativo, em duas vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo identificadas e assinadas.*

*Itanhandu, 01 de Junho de 2022.*

**CONTRATANTE**  
**Paulo Henrique Pinto Monteiro**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**CONTRATADO**  
**Leandro Ribeiro Serra**  
**EQUILÍBRIO ADMINISTRATIVO**  
**E CIA LTDA - ME**

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_